



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Artes e Letras

**O verdadeiro sentido da Inclusão e sua
problemática
Contributos para a inclusão de alunos com dislexia
na aula de Filosofia**

(versão final após defesa)

Catarina Raquel Louro Ribeiro

Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre em

Ensino de Filosofia no Ensino Secundário

(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Prof. Doutora Maria Luísa Branco

Coorientador: Prof. Doutor José António Domingues

Covilhã, Dezembro de 2017

“A Educação especial e a Inclusão constituem-se, assim, como duas faces de uma mesma moeda, ambas caminhando lado a lado para não só assegurarem os direitos fundamentais dos alunos com NEES, mas também para lhes facilitarem as aprendizagens que um dia os conduzirão a uma inserção social harmoniosa, produtiva e independente”
(Correia, Luís de Miranda, “A Escola Contemporânea e a inclusão de alunos com NEE”, Porto Editora, 2008, p. 19)

Dedicatória

Ao meu filho Santiago, é o sorriso dele que me dá força e ilumina todos os dias.

Agradecimentos

Agradeço ao meu filho e ao meu marido pelo apoio e pela força que me transmitem e que me faz caminhar. À minha família por todo o apoio, compreensão e paciência. Aos meus amigos e colegas de curso que me acompanharam neste percurso, me deram força e motivação para continuar e por todo o trabalho desenvolvido em conjunto, durante o mestrado e estágio. Aos Professores da Universidade da Beira Interior que nos acompanharam nesta formação académica. À Professora Dra. Maria Luísa Branco e ao Professor Dr. José António Domingues por todas as orientações, disponibilidade e compreensão que me dispensaram ao longo da realização deste trabalho. Ao Professor João Teodósio pela disponibilidade, compreensão, oportunidade e pelo acolhimento. Aos alunos do 10º ano de Filosofia e funcionários da Escola Secundária do Fundão, elementos essenciais e fundamentais na realização do nosso estágio, por toda a amizade que demonstraram, por nós.

Resumo

A educação é um processo a que todos os indivíduos têm direito. O nosso relatório teve por base o estágio realizado na Escola Secundária do Fundão. A inclusão tem como principal objetivo inserir alunos com NEE nas turmas regulares, a fim de igualar as oportunidades. Em Portugal a inclusão tem apresentado um crescimento lento, mas positivo. Ainda estamos em fase de adaptação a esta inovação. Este processo deverá ser realizado com a finalidade de oferecer, aos alunos com NEE, um ensino aprendizagem de qualidade, tendo como objetivo dotá-los de ferramentas que lhes permitam uma melhor integração e participação ativa na sociedade, quer a nível profissional, quer a nível da socialização. Neste processo, é essencial o envolvimento e empenho por parte da comunidade escolar - professores, colegas e família.

É abordado o caso de dislexia com que nos deparamos na escola. Apresentamos a definição deste problema e quais as dificuldades que os alunos disléxicos enfrentam no seu percurso escolar. Elaboramos algumas sugestões e recomendações de como ensinar filosofia a um aluno disléxico.

Palavras-Chave:

Inclusão, Necessidades Educativas Especiais, Filosofia, Dislexia.

Abstract

Education is a process to which all individuals are entitled. Our report was based on the internship at Fundão High School. The main objective of the inclusion is to insert pupils with SEN into the regular classes in order to equal opportunities. In Portugal the inclusion has presented a slow but positive growth. We are still in the process of adaptation to this innovation. This process should be carried out with the aim of offering students with SEN a quality learning education, in order to endow them, with tools that allow them to better integrate and actively participate in society, both professionally and socially. In this process it is essential the involvement and commitment of the school community - teachers, colleagues and family.

We address the case of dyslexia that we found in school. We present the definition of this problem and what difficulties dyslexic students face in their school journey. We have made some suggestions and recommendations on how to teach philosophy to a dyslexic student.

keywords

Inclusion, Special Educational Needs, Philosophy, Dyslexia.

Índice

Dedicatória.....	V
Agradecimentos	VII
Resumo	IX
Palavras-Chave:	IX
Abstract.....	XI
keywords	XI
Índice	XIII
Introdução.....	- 1 -
Capítulo I - Conceito de Escola Inclusiva	- 3 -
1.1. Integração, Inclusão nas escolas	- 5 -
1.2. Dificuldades da Inclusão.....	- 7 -
1.3. Como implementar uma Escola Inclusiva.....	- 9 -
1.4. Inclusão na Escola Secundária do Fundão	- 11 -
Capítulo II - Dificuldades na Aprendizagem	- 15 -
2.1. Definições das NEE	- 17 -
2.2. O que é a Dislexia?	- 19 -
2.3. Dificuldades do aluno com dislexia.....	- 20 -
Capítulo III - A Dislexia e a Filosofia.....	- 23 -
3.1. O papel dos professores e restantes profissionais envolvidos no plano de apoio aos alunos com dislexia.....	- 25 -
3.2. Metodologias de ensino para disléxicos.....	- 26 -
3.3. Aula de Filosofia 27 De Abril de 2017	- 27 -
3.4. Reflexões e sugestões para aplicar na aula de Filosofia.....	- 31 -
Conclusão	- 33 -
Bibliografia.....	- 35 -
Anexos	- 37 -

Lista de Acrónimos

APPADAE- Associação Portuguesa de Pessoas com Dificuldades Específicas

CEI - Currículo Específico Individual

DA - Dificuldade de Aprendizagem

ESF- Escola Secundária do Fundão

NEE- Necessidades Educativas Especiais

PEI- Programa Educativo Individualizado

PEL - Projeto Educativo Local

TDAH - Transtorno do Défice de Atenção com Hiperatividade

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura

Introdução

O presente trabalho surge no âmbito do Mestrado em Ensino de Filosofia no Secundário. O estágio foi realizado no Agrupamento de Escolas do Fundão, com as turmas 10ºCT1, 10ºCT2, 10º CT3, 10º LH na disciplina de Filosofia, durante o ano letivo de 2016/2017.

As NEE (Necessidades Educativas Especiais) são um tema atual muito debatido, por vezes, controverso. Esta realidade tem vindo a apresentar, de forma paulatina, melhorias e resultados positivos, mas ainda existe um longo caminho a percorrer, até que se consiga desenvolver na plenitude do seu potencial. O presente relatório vai incidir nos alunos com Necessidades Educativas Especiais, nomeadamente nos alunos que possuem dislexia - em que medida as escolas estão a fazer uma inclusão correta e adequada, destes mesmos alunos.

A questão da inclusão tem gerado vários equívocos. Afinal o que é inclusão? Será, apenas, a inserção de um aluno com NEE, numa turma regular? O que é necessário para a inserção destes alunos nas aulas regulares? Esta inserção estará a respeitar os parâmetros definidos inicialmente, na declaração de Salamanca de 1994? O principal objetivo desta declaração foi a promoção da Educação para Todos. Quais as estratégias a adotar para se proceder à mudança, com o objetivo de capacitar as escolas a darem resposta, nomeadamente, aos alunos com NEE portadores de dislexia.

Os professores e escolas estarão preparados para dar o seu contributo, de forma eficaz, na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com NEE? Os alunos beneficiam ou saem prejudicados com este sistema de inclusão? Como poderá uma aula de filosofia funcionar com alunos de NEE? Neste presente relatório e com base na observação feita ao longo do estágio pretendemos abordar/responder a estas questões.

Os alunos com NEE são diferentes, mas dispõem de capacidades que precisam ser aperfeiçoadas e de dificuldades que merecem ser ultrapassadas. Têm, como qualquer outro aluno, o direito à educação - acesso à escola pública onde as práticas educativas lhes permitam crescer física, psicológica e intelectualmente saudáveis. É uma caminhada possível de se realizar com a implementação e adequação de estratégias e metodologias que tenham por base o desenvolvimento e sucesso dos alunos com NEE. Neste relatório, com base na experiência vivida durante o estágio, pretende-se apresentar algumas sugestões e metodologias aos professores de filosofia e a todos os profissionais envolvidos no processo de educação dos alunos com NEE, tendo como objetivo a possibilidade destes alunos poderem ter uma inclusão digna - um papel ativo na aula e restante comunidade escolar -, visto que no futuro irão ser inseridos na sociedade, onde todos pertencemos e temos um papel a desempenhar.

O tema escolhido para a elaboração deste relatório teve como motivação as capacidades/necessidades/dificuldades que alguns alunos apresentavam nas aulas, quanto à leitura, concentração, comunicação e aquisição de conhecimentos.

Capítulo I - Conceito de Escola Inclusiva

1.1. Integração, Inclusão nas escolas

De acordo com Rodrigues (2006, p.3), a integração implica uma participação protegida numa estrutura com valores, onde o aluno integrado se tem de adaptar. Este mesmo autor define a inclusão como sendo um ensino inclusivo que pressupõe uma participação sem restrições, numa estrutura em que os valores e práticas são esboçadas, tendo em atenção as características, objetivos e direitos de todos os alunos incluídos no ato educativo. Em Portugal, na educação inclusiva temos assistido a modificações rápidas, profundas e positivas.

Com a lei de bases do sistema educativo de 1986 (Dec. Lei nº 46/86, de 14 de outubro) é consagrado no artigo 2 no 1º ponto, que “todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da constituição da república.” Na educação não pode haver exceções, todos têm direito a ela. Como cidadãos de uma mesma sociedade, os direitos devem ser extensíveis a todos. Está ainda consagrado, no artigo 3 na alínea d) “assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projetos individuais de existência, bem como de consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas.” Esta alínea remete-nos para a perspetiva atualmente defendida de que a educação é para Todos, sem exceções. Na perspetiva de Rodrigues e Nogueira, (2011, p.6) a educação especial passa a estar incluída no sistema geral de ensino, ou seja, no ensino regular, tendo em vista as necessidades/dificuldades do aluno. Não faria sentido uma educação isolada de alunos com deficiências e necessidades escolares. Há alunos com deficiências e com necessidades que se podem inserir nas turmas regulares, são perfeitamente conciliáveis. Esta inserção é, até, produtiva devido à troca de experiências, de conhecimentos e a nível da interação social. Por outro lado, há alunos portadores de deficiências mais severas que perturbam o normal funcionamento da aula, nesses casos devem desenvolver-se outro tipo de estratégias. Nas escolas regulares podem criar-se salas específicas para deficientes profundos. Não estamos a querer isolar estes alunos, pois o que é pretendido é a interação destes alunos com os alunos do ensino regular. Propomos que esta interação possa ser feita nos recreios e noutras atividades passíveis de serem partilhadas como, por exemplo, em aulas práticas.

Seguindo, ainda, a exposição dos autores anteriores, a política educativa inclusiva vulgarizou-se no ensino regular, durante os anos 90. Com o Decreto-Lei nº 319/91, de 23 de agosto, são definidas algumas medidas que regulamentam o acesso ao ensino regular dos alunos com NEE. A 1 de Julho de 1997, com o Despacho conjunto nº 105/97, uma das novas medidas apresentadas é a introdução de mudanças significativas no campo dos apoios a crianças com NEE, pois as escolas não estavam suficientemente preparadas para oferecer um serviço de qualidade. Há necessidade de criar condições à diversificação das práticas pedagógicas, de maneira a dar resposta a todos e adequar a pedagogia ao aluno, consoante as suas dificuldades. Neste despacho, também é manifestada a importância da eficácia na gestão dos recursos especializados disponíveis, com o objetivo de melhorar a intervenção educativa. Integrar por

si só não é suficiente, é necessário fazê-lo de forma digna e apropriada, respeitando os objetivos do aluno, as suas necessidades e limitações, isto ainda no domínio da integração. Mais tarde, surge a necessidade de passar da integração há inclusão - os alunos com NEE deixam de ter uma educação isolada em escolas especiais, passando a ser inseridos nas turmas regulares.

Um dos momentos que marcaram o início da etapa da inclusão foi a Conferência Mundial organizada pelo Governo Espanhol e pela UNESCO. Esta conferência Mundial decorreu nos dias 7 a 10 de Junho de 1994, em Salamanca, reunindo noventa e dois países e vinte e cinco organizações. Esta conferência teve como objetivo promover uma educação para todos e a necessidade, urgente, de se garantir a educação de crianças, jovens e adultos com NEE, passando a fazer parte do sistema regular de educação. Foram, ainda, examinadas as mudanças essenciais de políticas fundamentais para se proceder e desenvolver a abordagem da educação inclusiva, nomeadamente, capacitar as escolas para atender todas as crianças, incluindo as que apresentavam NEE. Cada país não pode evoluir isoladamente, devendo fazer parte de uma estratégia global.

Quando nos referimos à inclusão, remetemo-nos para o Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro. É um tema bastante debatido atualmente, gerando ainda várias posições e discordâncias. De acordo com o Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro, “no quadro da equidade educativa, o sistema e as práticas educativas devem assegurar a gestão da diversidade, do que decorrem diferentes tipos de estratégias que permitam responder às necessidades educativas dos alunos. Deste modo, a escola inclusiva pressupõe individualização e personalização das estratégias educativas para todos os indivíduos.” A educação não pretende ser individual, a finalidade é adaptar as estratégias necessárias para o sucesso do aluno com NEE, na turma regular.

Foi notícia no site da Associação Nacional de Docentes de Educação Especial que no passado mês de julho, mais precisamente nos dias 6,7 e 8 do corrente ano, na Escola Superior de Educação e Escola Superior de Comunicação Social decorreu o V Congresso Internacional com o tema *Educação, Inclusão e Inovação*. Neste congresso, marcaram presença o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa e Tiago Brandão Rodrigues, Ministro da Educação. Ambos reconhecem que a inclusão ainda apresenta algumas lacunas, apesar do seu notável desenvolvimento no nosso país.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, defendeu que a integração no nosso país tem estado perante um processo lento. Defende que no fim de século passado, início deste século, Portugal marcou uma posição relevante em relação a este tema. Para o Presidente da República (2017) “há mais integração do que inclusão”, aponta a necessidade de se ir mais além, em se fazer mais neste campo da inclusão, pondo em prática a legislação. A criação de legislação foi um dos pontos referenciados, ainda há necessidade de mais mudanças para se alcançar o verdadeiro sentido da inclusão.

Tiago Brandão Rodrigues, Ministro da Educação, defende, no V Congresso Internacional 2017 com o tema *Educação, Inclusão e Inovação*, que «“Educação, Inclusão e Inovação” são, de facto, um tripé que importa sustentar e harmonizar para que a Educação que entregamos aos nossos cidadãos como Serviço Universal possa ter uma importante robustez e limpidez geométrica; possa ter a qualidade que eles nos exigem e que nós também nos exigimos.» (PRÓ INCLUSÃO, 2017) Tal como defendeu o Presidente da República, o Ministro da Educação diz-nos que, para além da integração, é preciso fazer mais pela inclusão de crianças e adolescentes com NEE. É importante inseri-las de forma digna na comunidade escolar, quer no espaço físico, quer no curricular, onde todos têm esse direito.

1.2. Dificuldades da Inclusão

Apesar da inclusão estar a progredir e a apresentar notáveis desenvolvimentos, ainda existem dificuldades face a esta inovação. Com base na experiência que tivemos durante o estágio, implementar e aplicar estratégias com o objetivo de se fazer uma inclusão de qualidade é difícil, face à conjuntura atual. As escolas e o próprio sistema educativo apresentam um défice a nível de recursos. A escola regular não está apetrechada com equipamentos diferenciados necessários para um atendimento saudável e rigoroso de alunos com NEE. A inclusão destes alunos nas escolas regulares exige mudanças, quer a nível das infraestruturas, quer por parte da equipa pedagógica e pessoal especializado. Para tal mudança, é necessário pré-disposição e verbas, mas, atualmente, o acesso a estas é uma dificuldade com que muitas escolas se deparam.

Rodrigues (2006, p.9) alerta-nos para esta dificuldade, referindo “talvez a EI, (Escola Inclusiva) seja um sistema mais barato, mas não é por aí que as opções devem ser feitas. Encerrar escolas especiais não pode significar “lançar” jovens com necessidades especiais para uma escola regular que foi criada e desenvolvida na perspectiva da ignorância da diferença. Neste aspeto a EI não é uma educação em saldo é, pelo contrário, um sistema exigente, qualificado, profissional e competente. Estas características fazem da EI um sistema caro. Mas se a EI é cara, é melhor não quereremos saber o preço da exclusão...” É fundamental assegurar os meios básicos e precisos para que se possa dar uma resposta coerente e rigorosa a estes alunos. A responsabilidade do sucesso não é somente do professor, é de toda uma equipa interdisciplinar e da respetiva família. O professor isolado de todo o meio escolar não tem meios para proceder à mudança, à inovação. Para que se possa fazer inclusão é necessário criar condições favoráveis dentro e fora da sala aula.

Os alunos com NEE, inseridos numa turma regular, devem ter outros apoios externos à aula como, por exemplo, aulas de apoio às disciplinas em que apresenta dificuldades. No caso

da Filosofia seria importante aulas de apoio, desta mesma disciplina, com um número de alunos mais reduzido, de forma a proporcionar um ensino de qualidade. Com estas aulas, pretendia-se criar um clima de confiança propício ao diálogo entre pares, com estratégias próprias para ajudar o aluno com NEE nas suas dificuldades. O reduzido pessoal especializado e o crescente número de alunos com NEE nas escolas não permite esta intervenção com a qualidade necessária. Atualmente, as turmas são muito extensas para que se possa estar atento e atender, de forma eficaz e rigorosa, o aluno com NEE. David Rodrigues (2006, p.12) lança a questão: “o número de alunos por turma é recorrentemente enunciado como um obstáculo ao desenvolvimento de práticas inclusivas. Se a regra é levarmos em conta a diferença do aluno e adaptarmos o ensino às possibilidades, modalidades e ritmos de cada um, então como será possível que um único professor desenvolva este trabalho para, por exemplo, 25 alunos?” Nós responderíamos que não será possível, ou se for possível, o atendimento jamais é o apropriado e desejado, as expectativas ficam sempre aquém. Um aluno com NEE não tem que ter, necessariamente, um professor disponível só para si, mas tem que, de alguma forma, ser acompanhado de forma mais individualizada, devido às suas limitações e dificuldades. As turmas que acolhem estes alunos deveriam ser mais reduzidas, por vários aspetos: o aluno sentir-se-ia mais à vontade; o professor iria ter mais capacidade de resposta; faria um acompanhamento com mais qualidade e a inserção do aluno com NEE em grupos de trabalho, seria mais fácil.

Para além da sala de aula, existem outros espaços, outros tempos e atividades onde a comunidade escolar deverá ter o cuidado de integrar o aluno com NEE de forma saudável. “O ambiente social exerce, inconscientemente, uma influência educativa e formativa.” (Dewey, 2007, p.33) Os auxiliares de ação educativa devem estar atentos aos comportamentos nos intervalos, este trabalho de observação tem, como principal finalidade, avaliar comportamentos e encontrar soluções e estratégias para que os alunos com NEE sejam integrados socialmente na comunidade escolar e, posteriormente, na sociedade de forma correta e saudável. Para tal, reforçamos mais uma vez a ideia da necessidade de adquirir mais pessoal especializado e oferecer formação ao pessoal já existente na escola, uma de muitas dificuldades com que se deparam as escolas.

Correia (2008, p.52) corrobora esta ideia ao reforçar que “pelo menos, os educadores, os professores e os assistentes/ auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que os seus alunos apresentam, que tipos de estratégias devem ser consideradas para lhes dar resposta e que papéis devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos. Mas há que ir mais longe, preparando todos os agentes educacionais da zona de influência da escola a ficarem aptos a responder às necessidades dos alunos com NEE.”

O sucesso destes alunos quer nas aulas de filosofia, quer nas outras áreas depende, não só, da assimilação do conhecimento, como também do bem-estar físico e emocional do aluno

na comunidade escolar que o envolve. Na maioria das vezes, os professores, auxiliares e técnicos não sabem como lidar com estas situações, nem como ajudar de forma positiva o aluno com NEE, devido à falta de formação. Neste momento, é urgente colmatar todas as falhas e criar estratégias para que a inclusão não se apresente como um problema, mas, sim, como uma inovação que respeita a educação com dignidade para todos os alunos que irão pertencer a uma sociedade e participar nela de forma ativa. Segundo Correia (2008, pp.12-13), “o princípio da inclusão apela, assim, para uma escola, por mim designada de Escola Contemporânea, que tenha em atenção a **criança-todo**, não só a **criança-aluno**.” Uma inclusão que, na perspetiva deste autor, deve ter em conta três níveis de desenvolvimento - académico, socio emocional e pessoal -, uma educação com a finalidade de garantir ao aluno a maximização do seu potencial.

1.3. Como implementar uma Escola Inclusiva

Uma das preocupações, por parte do governo português, ao longo dos tempos é o sucesso do processo de inclusão nas escolas, como já foi referido. A implementação da escola inclusiva traz consigo algumas exigências. Como verificámos no estágio, as escolas regulares não estão totalmente preparadas para este processo, pois sempre foram arquitetadas para alunos ditos normais. Para que a inclusão seja aplicada no verdadeiro sentido do termo e respeite a dignidade dos alunos com NEE é preciso “mudança”, i. e., criar estratégias para que o resultado seja positivo e satisfaça as necessidades de todos os alunos. Saiu em Diário da República a 24 de Março de 2017 e aprovada pelo Presidente da Assembleia da República, *Eduardo Ferro Rodrigues*, recomendações ao Governo para que este fomente a promoção de uma verdadeira escola inclusiva. Do conjunto das recomendações, vamos destacar as mais relevantes:

2 - Estabeleça e diferencie medidas educativas temporárias para as necessidades educativas especiais (NEE) de carácter transitório, e medidas educativas específicas para as situações de alunos com dificuldades de aprendizagem específicas que impeçam a qualidade e desenvolvimento dessa aprendizagem.

3 - Crie condições para as escolas proporcionarem ao aluno medidas pedagógicas contextualizadas, entre as «adequações curriculares individuais», previstas no artigo 18.º da Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, alterada pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio, e o estabelecimento de um «currículo específico individual», previsto no artigo 21.º da mesma lei.

4 - Estabeleça orientações específicas para a definição e avaliação de Programas Educativos Individuais (PEI), a partir das capacidades dos alunos e não das suas incapacidades.

5 - Garanta a certificação pedagógica do percurso escolar realizado pelos alunos com PEI e Currículo Específico Individual (CEI).

6 - Garanta a efetiva participação dos pais e encarregados de educação nos processos de referenciação e avaliação dos alunos com NEE, bem como na construção dos seus PEI/CEI.

7 - *Operacionalize os princípios estruturantes do paradigma da inclusão*, criando ações de formação e capacitação para diretores de agrupamento, professores do ensino regular e especial, assistentes operacionais, pais e encarregados de educação, técnicos e terapeutas.

8 - Distinga os apoios habilitativos/educativos dos apoios de natureza terapêutica, devendo os primeiros ocorrer em meio escolar e os segundos noutros contextos mais apropriados, *como sejam os centros de saúde e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) licenciadas para o efeito*.

9 - Promova um maior envolvimento do Serviço Nacional de Saúde na identificação, avaliação e acompanhamento, em especial de forma precoce, das necessidades de apoio terapêutico das crianças e jovens.

Com base na experiência do estágio, podemos defender que cabe ao departamento de ensino especial da escola e do psicólogo encaminhar o aluno, com autorização dos pais, para que este seja submetido a avaliações, com vista a obtenção de respostas necessárias para o processo educativo do aluno. Após o apuramento de todos os resultados e conclusões, a equipa multidisciplinar, com a colaboração dos encarregados de educação, procedem à elaboração do PEI. Neste plano, dá-se especial ênfase às competências a adquirir pelo aluno e às possíveis estratégias a adotar pelo professor dentro da aula. Este processo tem como objetivo o sucesso do aluno, quer a nível curricular, quer a nível da interação. Para se superar as necessidades do aluno com NEE e se alcançar o sucesso no percurso escolar é fundamental traçar um PEI que, de acordo com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, é:

-Um documento formal que garante o direito à equidade educativa dos alunos com NEE de carácter permanente;

-Um instrumento de trabalho que descreve o perfil de funcionalidade por referência à Classificação Internacional de Funcionalidade de Crianças e Jovens (CIF-CJ) do aluno e estabelece as respostas educativas específicas requeridas por cada aluno em particular;

-Um documento que responsabiliza a escola e os encarregados de educação que promovam a aprendizagem e a participação dos alunos com NEE de carácter permanente;

-Um instrumento dinâmico que deve ser regularmente revisto e reformulado, uma vez que se fundamenta numa avaliação compreensiva e integrada do funcionamento do aluno, passível de sofrer alterações.

É essencial, ainda, salientar que “o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respetivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola.” (Declaração de Salamanca, 1994, p.11-12)

É necessário reconhecer a importância dos itens atrás referidos para a implementação da inclusão no seu sentido pleno. Ao pensar em inclusão, temos que ter em conta os alunos e as suas dificuldades - as necessidades que apresentam, a pedagogia a aplicar -, e um ponto essencial é pensar no futuro do aluno em termos profissionais e sociais. Os alunos de hoje serão os profissionais e os cidadãos de amanhã, em que Todos irão comungar da mesma sociedade. Apesar da diferença, Todos têm direito a ter um papel ativo na sociedade. A diferença não é motivo para se excluir alguém, é necessário, desde a mais tenra idade, inculcar esta ideia. Cabe à escola e à família educar para a diferença, que, por sua vez, não tem que ser necessariamente prejudicial. Pode ser um potencial, quando falamos na troca de experiências.

Reconhecemos que é importante e fundamental que os pais percebam quais as dificuldades do filho, quer sejam de ordem social ou a nível da aprendizagem, de forma a cooperarem com a escola. A troca de informação é essencial e imprescindível para traçar o perfil do aluno com NEE e determinar o modelo de ensino mais adequado. Para se inserir um aluno com NEE é necessário avaliar as suas capacidades, as suas dificuldades, o ambiente familiar, o relacionamento com os colegas de turma, para que, assim, se possa proporcionar e garantir uma educação apropriada e digna. De acordo com Correia (2008, p.51) “a colaboração entre os profissionais da escola e as famílias é também uma componente fundamental no processo de implementação de um modelo inclusivo. As famílias devem ser consideradas membros valiosos da equipa e envolvidas na tomada de decisões. As práticas/políticas de atendimento às famílias devem ser amistosas, respeitadoras dos seus valores, estabelecendo prioridades e permitindo tempo para a sua adaptação. A participação dos pais deve ser encorajada pela escola e pelos serviços que lidam com eles e apoiam os filhos.”

1.4. Inclusão na Escola Secundária do Fundão

Durante o estágio realizado, reconhecemos que o problema da Inclusão, também, se coloca na Escola Secundária do Fundão (ESF). Numa das turmas, onde realizámos o estágio,

estava inserido um aluno com NEE, portador de dislexia, associada a outros problemas cognitivos. Foi a partir da observação do processo ensino-aprendizagem e do processo de socialização que conseguimos chegar a algumas conclusões. Inclusão é mais do que aquilo que as escolas estão a praticar. O aluno é inserido nas aulas e estas, por sua vez, decorrem normalmente. Nestas aulas identificamos algumas dificuldades de inclusão, já referenciadas anteriormente: turma extensa; o professor tem que cumprir o vasto programa e o aluno com NEE tem que acompanhar o desenvolvimento da aula, independentemente das suas dificuldades. Não foi, certamente, por falta de vontade do professor de dar um acompanhamento de maior qualidade, com mais rigor a este aluno, pois sempre houve preocupação em solicitar e incentivar o aluno a participar na aula, pois o sucesso do aluno era um objetivo a atingir.

Para além das aulas regulares, o aluno frequentava aulas de apoio com um professor de ensino especial, estas são estabelecidas segundo as dificuldades do aluno, podendo ser individuais ou em grupos. O tempo estabelecido para estas aulas, na maior parte das vezes, não são as suficientes para ajudar os alunos em todas as suas dificuldades. Nestas sessões, o assunto a tratar poderá estar relacionado com matéria, ou podem ser tratados outros assuntos relacionados com o aluno, por exemplo o relacionamento com os colegas.

O sistema de ensino da própria escola, pelo que observamos durante o estágio, ainda reúne poucas condições para responder às necessidades e dificuldades que comportam estes alunos, apesar de já apresentarem, em alguns alunos, resultados notáveis, nomeadamente em alunos inseridos em cursos profissionais. Na ESF já são visíveis algumas mudanças a nível das infraestruturas, para receber alunos com NEE, mas, ainda, é necessário fazer algumas mudanças. Esta escola tem uma equipa pedagógica ao dispor destes alunos, os professores do ensino regular, professores de ensino especial e a psicóloga. Fora da comunidade escolar são acompanhados por outros profissionais - médicos, terapeutas, psicólogos. Nesta escola, para o aluno disléxico ou qualquer outro aluno com NEE, é traçado um PEI com o objetivo de alcançar o sucesso, durante o processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo a sua inserção, futuramente, no mundo profissional e social.

A nosso ver, uma das dificuldades que os alunos enfrentam e que afeta a sua autoestima é a falta de bons relacionamentos com os colegas. Para colmatar esta falha que, a nosso ver, é grave dever-se-iam realizar, na escola, ações de sensibilização, pois cada vez mais nos deparamos com casos de NEE no ensino regular. Durante o estágio, tendo em conta esta problemática, preparamos uma aula cujo sumário foi: visionamento do filme: “Estrelas na Terra”. Esta aula teve como principal objetivo sensibilizar os alunos para o problema das NEE, nomeadamente os alunos com dislexia, mais à frente iremos retomar este assunto. (planificação em anexo)

Para dar respostas aos alunos com NEE, a Câmara Municipal do Fundão, em parceria com a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, elaborou no campo da Educação Especial, uma reflexão sobre os alunos com NEE do concelho do Fundão. Com este trabalho de diagnóstico e estratégias de intervenção, pretende-se criar respostas educativas que promovam a igualdade entre alunos. “Foi definido que era necessário caracterizar estes/as alunos/as, de forma a encontrar necessidades e estratégias comuns, dando-se início a um levantamento assíduo destes e à construção de uma base de dados que ajude nesta procura de estratégias e soluções, bem como num planeamento comum para o município, construindo um PEL¹ verdadeiramente inclusivo.” (Diagnóstico e estratégias de Intervenção, Câmara Municipal do Fundão, Vol. IV, 2015)

¹ PEL- Projeto Educativo Local, tem como objetivo introduzir uma reflexão concelhia sobre os alunos com NEE, encontrar as necessidades e dificuldades a fim de se formularem estratégias comuns e soluções, para melhorar a inclusão destes alunos na escola e no município.

Capítulo II - Dificuldades na Aprendizagem

2.1. Definições das NEE

Nas escolas deparamo-nos com vários tipos de necessidades educativas especiais. Neste capítulo pretendemos fazer uma breve exposição das NEE. Correia (2008, p.23) defende que os “alunos com necessidades educativas especiais são aqueles que por exibirem determinadas condições específicas, podem necessitar de apoio de serviços de educação especial durante todo ou parte do seu percurso escolar, de forma a facilitar o seu desenvolvimento académico, pessoal e socio emocional”. É importante dar resposta ao aluno segundo as suas necessidades, com a finalidade de maximizar as suas capacidades. O autor Correia (2008, p.23) defende que este processo deve desenvolver-se nas turmas regulares. Segundo este autor, o autismo, a cegueira-surdez, a deficiência visual, deficiência mental, problemas motores graves, perturbações emocionais, dificuldades de aprendizagem específicas, traumatismo craniano, multideficiência e outros problemas de saúde, podem ser entendidas como condições específicas. Este autor defende, ainda, que os serviços de educação especial são um conjunto de recursos que se dedicam a prestar um apoio especializado a todos os níveis (terapêutico, social, clínico, académico, ...) baseado nas necessidades do aluno com vista ao seu sucesso.

Segundo o mesmo autor (2008, p.26), dentro das NEE encontramos vários tipos. Uma primeira NEE consiste na *Deficiência mental*, caracterizada por limitações intelectuais que coexistem com limitações em duas ou mais áreas das seguintes capacidades adaptativas - comunicação, cuidados pessoais, autonomia em casa, competências sociais, comportamentos comunitários, auto direção, saúde e segurança, funcionamento académico, lazer, trabalho -, as crianças com este tipo de deficiência apresentam problemas a nível cognitivo, manifestando, assim, problemas a nível da aprendizagem, de aptidões sociais, de relacionamento e comportamento.

Segundo Correia (2008, p.25), *As Dificuldades de Aprendizagem* dizem respeito à maneira como o aluno processa a informação - a forma como a recebe, como a assimila e a exprime. Estas dificuldades podem manifestar-se a nível da fala, da leitura, da escrita e/ou da matemática.

As Perturbações Emocionais, segundo Correia (2008, p.27), **provocam**, no aluno, infelicidade, depressão, comportamentos inapropriados. São alunos que tendem a desenvolver sinais físicos ou medos em relação às pessoas e/ou problemas na escola.

Correia (2008, p.26) apresenta-nos uma outra dificuldade que reside nos *Problemas de Comunicação*. Estes referem-se aos problemas da fala e da linguagem, por exemplo: da gaguez, da articulação de voz ou de linguagem. São alunos que têm dificuldades de receção, produção e compreensão de mensagens.

Para Correia (2008, p.28) os *Problemas Motores* traduzem-se nas incapacidades motoras, afetando, assim, a postura e/ou movimento devido a uma lesão inata ou adquirida nas estruturas do sistema nervoso. Este problema não implica a ausência de outras aptidões, tais como as sensoriais e cognitivas. Os problemas motores não implicam a anulação de outras capacidades existentes no aluno.

Na opinião de Correia (2008, p.29), para além das várias NEE que, de alguma forma, destabilizam o normal desenvolvimento da aprendizagem e socialização dos alunos, existem *outros problemas de saúde*, tais como a *diabetes*, a *asma*, a *leucemia*, a *sida*, *epilepsia*, *problemas cardiovasculares*, *febre*, *hemofilia*, *nefrite*, entre outras, que dificultam a integração e realização escolar, uma vez que necessitam de cuidados extremos.

Correia (2008, p.32) afirma que os *Cegos - Surdos* são alunos que têm uma incapacidade total visual e auditiva que provocam problemas graves a nível da comunicação, causando problemas de desenvolvimento e educacionais graves, que precisam de uma atenção especial. Quanto à *Multideficiência*, podemos defini-la como um conjunto de deficiências num aluno, tais como deficiência mental e deficiência visual, paralisia cerebral e deficiência mental, causando problemas de desenvolvimento e educacionais graves, requerendo assim uma intervenção específica de acordo com a problemática.

Correia (2008, p.34) diz-nos que temos alunos classificados como *Dotados e Sobredotados* sendo estes conceitos complexos, abrangendo uma grande variedade de características e capacidades. As características destes alunos podem causar dificuldades na comunicação dos alunos sobredotados com os grupos de pares e, até mesmo, com os adultos. Alguns destes alunos poderão ter aptidões e talentos especiais e outros manifestarão grandes capacidades a nível intelectual ou motor, sendo capazes de atingir um alto rendimento.

Na perspetiva de Correia (2008, p.33), o *Autismo* pode ter como causa doenças distintas - erro na formação do cérebro, intoxicações, entre outras. O Autismo é caracterizado por uma desordem, uma dificuldade em comunicar e interagir socialmente, apresentando comportamentos atípicos, respostas estranhas à sensação, movimentos repetitivos e insistência nas rotinas, ou uniformidade. Quando se dá o acaso do aluno não integrar todos os sintomas do autismo, estamos perante o *Síndrome de Asperger*. O mesmo autor define o SA como manifestações e alterações a nível do seu comportamento social e ocupacional, dificuldade nas comunicação verbal e não-verbal, dificuldade em criar empatia, hipersensibilidade aos estímulos sensoriais.

Correia (2008, p.30) define *Transtorno do Défice de Atenção com Hiperatividade (TDAH)*, como uma doença precoce e crónica que provoca falhas nas funções do cérebro responsáveis pela atenção e memória. De origem genética, o TDAH tem como fatores predominantes a falta de atenção, falta de concentração, impulsividade e a hiperatividade, deficiência na coordenação de ideias. A Hiperatividade nos tempos contemporâneos tem o seu

destaque significativo, traduzindo-se em ansiedade, inquietação, euforia, distrações frequentes, os exageros de conduta, como a fala em excesso e/ou não conseguir estar sentado ou parado.

2.2. O que é a Dislexia?

Como temos vindo a referir ao longo do relatório, o nosso trabalho incidiu sobre as NEE, nomeadamente na dificuldade de aprendizagem, a dislexia. Do ponto de vista etimológico, o termo dislexia deriva da língua grega, (dys = mal) e (lexis = ação de falar + ia), o que significa uma dificuldade relacionada com palavras. (Infopédia).

O autor Antunes (2009, p. 48) define a dislexia como sendo uma dificuldade a nível da aprendizagem da leitura. Apontando três razões que podem levar o aluno a ter dificuldade em aprender a ler: por um lado, pode ter um atraso associado; por outro lado, pode residir no método utilizado pelo professor, este poderá não utilizar os métodos mais adequados para ensinar a leitura; a última razão direciona-a para a dislexia. Nas palavras deste mesmo autor, a dislexia é uma dificuldade na aprendizagem da leitura - esta resulta lenta, silabada e com erros -, assim, a dislexia não pode ser explicada com um ensino deficiente, por parte do professor, ou por um défice cognitivo. Um aluno disléxico não implica que tenha uma inteligência abaixo da média ou, por outro lado, razões socioculturais. Ainda nas palavras deste autor (2009, p.53), a dislexia deveria definir-se como “uma relação desajustada entre a inteligência e a proficiência na leitura.” É provável e comum que os alunos com dislexia tenham associadas, a esta dificuldade, outras perturbações, tais como: défice de atenção, perturbações motoras, distúrbios ao nível da linguagem. Estes alunos, em relação aos outros, têm mais dificuldades a atingir os objetivos traçados, sentem mais dificuldades que os outros alunos, como têm de se esforçar mais, tendem a se desanimarem e se desmotivarem com mais facilidade, produzindo-se, assim, sentimentos de desvalorização e baixa autoestima.

Nas palavras de Carneiro (2011, p.33), “a dislexia caracteriza-se por uma dificuldade recorrente em processar a informação de carácter fonológico. O fonema é cada uma das unidades mínimas distintivas e sucessivas da articulação da linguagem. Os padrões típicos da dislexia envolvem: Dificuldade em apreender o significado, a partir de letras e sons; Dificuldade em recuperar da memória sons e letras; Dificuldade em usar sons para criar palavras, Dificuldade em converter letras em sons e em palavras; Omissão de palavras na leitura e na escrita; Inversão de letras na leitura e na escrita.” Podemos definir a dislexia como uma perturbação ao nível da linguagem, manifestando-se na dificuldade de aprendizagem da leitura e da escrita. Estes alunos apresentam, ainda, problemas de ordenação e estruturação das frases, deste modo a leitura e escrita são afetados.

Dewey (2007, p.31) defende que “a importância da linguagem para aquisição do conhecimento é, sem dúvida, a causa principal da noção comum de que o conhecimento pode ser diretamente de um indivíduo para outro.” A dislexia afeta a linguagem do aluno, sendo esta importante no processo de ensino-aprendizagem. O aluno tem dificuldade em selecionar as palavras corretas para se exprimir, quer a nível escrito, quer a nível oral. Segundo o autor Antunes (2009, p.49), os alunos com dislexia apresentam dificuldades notáveis no campo da consciência fonológica, uma dificuldade que reside na tomada de consciência de que as palavras faladas e escritas são divisíveis e constituídas por fonemas.

Em Portugal, para além de outras associações, temos a APPADAE (Associação Portuguesa de Pessoas com Dificuldades Específicas), uma associação cultural, científica e de beneficência sem fins lucrativos. Esta associação tem um *site* que contém informação essencial e materiais de apoio para quem convive e trabalha diariamente com alunos disléxicos.

2.3. Dificuldades do aluno com dislexia

A dislexia é uma dificuldade na aprendizagem que apresenta uma série de embaraços para os alunos. Na redação deste relatório temos por base a observação realizada durante o estágio a um aluno com dislexia. Segundo o que observamos no estágio, este aluno, para além da dislexia, tem outros problemas cognitivos associados, apresenta uma autoestima baixa, insegurança, sentindo-se, muitas vezes, triste e à parte da restante turma onde está inserido e da comunidade escolar que o envolve. Um aluno na fase da adolescência com objetivos delineados, mas que, na realidade, não consegue pô-los em prática devido a algumas circunstâncias e dificuldades com que se depara. O sentimento de vergonha também está presente, o receio de ser julgado pelos colegas é um fator determinante para a participação e evolução do aluno disléxico, na aula.

Segundo Abreu (2012, p.28), não podemos considerar a dislexia como um problema só a nível da leitura. Ao falarmos de dislexia, estamos, também, a referir-nos a problemas na escrita; na orientação no espaço - a esquerda e a direita -; dificuldade em organizar-se; na obediência a instruções; na sequência temporal; na capacidade de memorização; estabelecer coordenadas; entre outros problemas que afetam os indivíduos disléxicos no seu dia-a-dia. Segundo a nossa observação no estágio, verificamos que, ao nível da leitura, um aluno disléxico faz uma soletração defeituosa, a leitura é muito lenta e pausada. O autor Antunes (2009, p.48), reforça esta ideia referindo que a dislexia é uma dificuldade ao nível da aprendizagem da leitura - esta resulta lenta, silabada ou com erros-, a explicação não pode residir no ensino deficiente. São visíveis as dificuldades que os alunos disléxicos apresentam - leem palavra por palavra, sílaba por sílaba, podendo ainda reconhecer letras sozinhas sem as conseguir ler,

perdem a linha de leitura com muita facilidade. Estes alunos têm um vocabulário muito deficiente, resultado de todas as dificuldades que a dislexia provoca. Devido ao fraco e reduzido vocabulário que estes apresentam, manifestam dificuldade em articular ideias e construir frases mais extensas. Demonstram ainda dificuldades na compreensão semântica, ou seja, um certo embaraço na interpretação de texto, resultado da dificuldade que manifestam na leitura. Uma vez que a leitura é feita de forma lenta e pausada, muitas das vezes, perde-se a linha de contexto, prejudicando o encandeamento das ideias presentes no texto.

Estes alunos confundem, invertem e substituem sílabas, palavras e letras. Outro aspeto importante, é a dificuldade que estes alunos apresentam em organizar ideias, consequências de todas as dificuldades com que se deparam. Este último ponto remete-nos diretamente para a dificuldade que estes alunos apresentam em redigir, ou compor, uma redação ou texto. Para se elaborar um texto é necessário ter-se um leque de vocabulário e capacidade de formular, orientar e organizar ideias, coisa que estes alunos têm dificuldade em fazer. A caligrafia destes alunos tem tendência a ser ilegível, gatafunhos.

Apesar de todas as dificuldades que um aluno disléxico apresenta, não é impossível este vir a concretizar algumas atividades que inicialmente não conseguia desenvolver. Na perspetiva de Teles (2004, p.727), é possível aperfeiçoar as competências de leitura. Segundo este autor, as dificuldades dos alunos com dislexia não são permanentes e imutáveis, podem sofrer alterações positivas. Existe a possibilidade de se introduzir melhorias, através de uma intervenção especializada. Ainda na linha de pensamento deste autor, existem resultados de estudos que provam a possibilidade de «reorganizar» os circuitos neurológicos, caso se ponha em prática um programa reeducativo, baseado nos novos conhecimentos neurocientíficos. Os novos conhecimentos sobre o modo como os alunos aprendem a ler influenciaram positivamente as práticas educativas. Atualmente, verifica-se um grande consenso quanto aos princípios orientadores, estratégias educativas, quer em relação aos conteúdos, o que ensinar. Para superar barreiras e ultrapassar todas as dificuldades que a dislexia causa num aluno, é necessário motivar e ajudar os alunos, criando atividades que estimulem o seu desenvolvimento.

Capítulo III - A Dislexia e a Filosofia

3.1. O papel dos professores e restantes profissionais envolvidos no plano de apoio aos alunos com dislexia

É na escola que, na maior parte dos casos, se diagnostica a dislexia num aluno, esta é passível de ser detetada ainda no 1º ciclo. Nos primeiros anos de escola, valoriza-se muito o aprender a escrever e a ler, dois pontos onde o disléxico apresenta dificuldades. É na escola que a criança disléxica se depara com as primeiras adversidades, desde trocar letras à dificuldade em ler e escrever, levando posteriormente ao desinteresse pela escola. O professor, no desenrolar das tarefas escolares, apercebe-se que algo não está dentro dos parâmetros normais, quando a aquisição de conhecimentos foge da normalidade. O professor deve solicitar ajuda de profissionais especializados, a fim de se fazer uma intervenção, realizar avaliações ao aluno, de maneira a concluir o diagnóstico. O papel do professor é o mais importante, é ele quem tem um contato diário e mais direto com o aluno. Nas palavras de Carneiro (2011, p.63), “o professor para suscitar o interesse, a participação dos alunos, para facilitar a sua aprendizagem e alargar o campo dos seus conhecimentos deve, igualmente, procurar estratégias de trabalho inovadoras, atividades diversificadas e materiais apelativos para as suas aulas. [...] O seu papel é de grande responsabilidade e o processo educativo exige uma profunda reflexão e uma grande disponibilidade, para poder apoiar os alunos, em particular os alunos com necessidades educativas especiais.”

Acreditamos que inserir um aluno com dislexia numa turma de secundário é um desafio para o professor e para o aluno, pois, nesta fase, as expectativas que os professores criam, face aos alunos, são maiores. É nesta fase que há exames nacionais, a pressão que o professor sente é maior e a disponibilidade para se dedicar a um aluno especial é menor. Assim, deste modo, a comunidade escolar, pais e professores devem formar um espaço favorável onde os alunos com dislexia se sintam integrados e consigam encontrar respostas que os ajudem a suprimir as suas dificuldades. Estes alunos apresentam uma baixa autoestima, acabando por se sentirem à parte, em relação aos colegas, levando ao seu próprio isolamento. Os colegas, por sua vez, acabam por rejeitar estes alunos devido à sua diferença. Os profissionais da comunidade escolar e pais devem estar atentos a todos os comportamentos atípicos destes alunos e colegas, a fim de se encontrarem estratégias para a resolução do problema, pois é fundamental o aluno sentir-se bem emocionalmente para que se verifique um sucesso no seu desenvolvimento. A nível social, os pais, professores e funcionários devem promover a interação, entre alunos do ensino regular com os alunos do ensino especial, por exemplo, através de ações de sensibilização.

Devido à sua baixa autoestima, os alunos disléxicos, com facilidade, pensam que são menos inteligentes que os restantes alunos, acabando por se desinteressarem das aulas. É necessário dar a volta a esta questão, pois o aluno com dislexia pode ter outras capacidades mais afinadas, que precisam de ser reconhecidas e valorizadas. O aluno disléxico precisa de se

sentir valorizado e de se consciencializar que a sua participação dentro da sala de aula é tão relevante quanto a dos colegas. Como adverte Carneiro (2011, p.59), os docentes “devem reconhecer que uma criança com dislexia pode demorar mais tempo a aprender e por consequente demoram mais tempo na realização das tarefas, que necessitam de instruções mais claras, precisas e de um ritmo mais lento ou repetitivo, valorizando as capacidades da criança e procurar ensiná-la, apoiando-se nos seus pontos fortes. Os docentes devem encorajar ativamente a criança, realçando as suas capacidades e talentos, reforçando as competências de leitura fundamentais como o som, a letra e o reconhecimento de palavras. Desta forma, os professores devem proporcionar a realização de um trabalho construtivo e positivo com incentivos pelos seus sucessos.”

A aprendizagem e aquisição de conhecimentos de alunos disléxicos é feita de forma paulatina, mas é possível, daí o professor ter que ser paciente e tolerante. É imprescindível respeitar os seus tempos de resposta a nível da participação e da execução das tarefas como, também, dos testes e das outras atividades, pois, quando pressionados, desconcentram-se e perdem-se do contexto. É importante que o aluno se sinta à vontade para expor as suas dúvidas e dificuldades ao professor perante a turma. Por norma, e segundo a observação feita durante o estágio, estes alunos tendem a isolar-se, não manifestando as suas dúvidas e dificuldades, fecham-se no seu eu. Na aula, quando ganham alguma confiança, em voz baixinha, mas sempre com receio, colocam as suas dúvidas. O professor deverá, durante a aula, ir solicitando a participação destes alunos, a fim de participarem, de interagirem, de se integrarem na aula e no conteúdo programático. É uma forma de estarem conectados e contextualizados. Aquando da participação do aluno com dislexia, é necessário corrigi-lo caso seja preciso, mas o importante e fundamental é a valorização da sua participação.

3.2. Metodologias de ensino para disléxicos

Devido às limitações que os alunos disléxicos apresentam, e que já apontamos anteriormente, é necessário criar metodologias de ensino compatíveis com as necessidades e capacidades desses alunos. A Associação Brasileira de Dislexia (ABD) considera importante a troca de experiências entre professores para planear atividades e elaborar instrumentos específicos de avaliação. Segundo ABD, não há um método específico para se trabalhar com alunos disléxicos. Com base no que lemos, a troca de experiências, não só traz benefícios ao professor como, também, ao aluno. Cada aluno disléxico é único, um método que pode ter resultados positivos num determinado aluno, poderá acontecer o inverso com outro, ou de forma mais paulatina, daí depositarmos uma grande importância na troca de experiências e ideias, cada caso é um caso. Esta associação sugere a utilização de áudio livros, uma vez que o aluno disléxico apresenta dificuldades em ler. Consideramos a alternativa de ouvir um texto,

uma estratégia positiva, deste modo o aluno acompanha e retém a informação com mais facilidade, do que sendo ele a ler. Atualmente, os materiais do professor de filosofia trazem consigo um cd áudio de alguns textos.

De acordo com Teles (2004, p.727), “as crianças disléxicas, para além do défice fonológico, apresentam dificuldades na memória auditiva e visual, bem como dificuldade de automatização. Os métodos de ensino multissensoriais ajudam os alunos a aprender utilizando mais do que um sentido, enfatizando os aspetos cinestésicos da aprendizagem e integrando o ouvir e o ver com o dizer e o escrever.” Segundo Sebra & Dias (2011), o método multissensorial difere do método tradicional de ensino. O método tradicional de ensino consiste no uso da visão e da audição para ensinar a linguagem escrita. O método multissensorial consiste na utilização de outras sensações para o ensino da linguagem - o tato, a sinestesia e fonoarticulatória. A aprendizagem através do tato é a utilização deste sentido para sentir a espessura e relevo das letras. A sinestesia “termo que caracteriza a experiência sensorial de certos indivíduos nos quais sensações correspondentes a certo sentido são associadas às de outro sentido” (Infopédia). Por fim, a fonoarticulatória consiste na concentração, por parte do aluno, nos movimentos e posições dos lábios e língua necessários para a formação de um determinado som.

3.3. Aula de Filosofia 27 De Abril de 2017

Reconhecendo a inclusão um tema atual e importante que está presente nas salas, recreios do ensino regular, é urgente dar a conhecer aos alunos esta temática, apresentando lhes as problemáticas, que uma deficiente inclusão, poderá causar nos alunos com NEE. Dentro da temática da Ética planeamos uma aula com a finalidade de sensibilizar os alunos para os problemas que os disléxicos enfrentam no seu dia-a-dia do percurso escolar, enquanto alunos, colegas e filhos. A aula teve como sumário: Visionamento do filme: “Estrelas na Terra”, troca de ideias sobre o assunto do filme.” Selecionamos este filme porque retrata bem o sentimento predominante dos alunos com DA, e as dificuldades que eles enfrentam. O principal objetivo foi dar a conhecer aos alunos algumas das dificuldades, que os alunos com DA se deparam, de forma a tomarem consciência de como devem intervir e interagir com estes alunos. É necessário que os alunos reconheçam que têm um papel importante na inclusão dos alunos com dificuldades, a inclusão não passa apenas por inserir, o bom relacionamento com os colegas é um ponto de transmissão de confiança e de auto estima. Para que todos possam dar o seu contributo positivo na inclusão, é fundamental conhecer as características e dificuldades destes alunos. A Filosofia tem ferramentas, conceitos, que deve utilizar de forma a ajudar os alunos a refletir sobre alguns preconceitos que estes têm perante a diferença.



Plano de Aula

Data: 27-4-2017, das 11:45 às 13h15, aula de 90mnts

Docente Estagiária: Catarina Ribeiro

Ano/turma: 10º CT2 Sala 5

Disciplina: Filosofia

Sumário	Visionamento do filme: “Estrelas na Terra”, debate de ideias
---------	--

Objetivos	Temas /Conteúdos	Conceitos	Estratégias de Trabalho	Recursos	Avaliação
- Sensibilizar os alunos perante os colegas com NEE, - Refletir sobre a problemática de NEE, - Argumentar sobre o ponto de vista.	-A escola atual e os alunos com necessidades educativas especiais	- Necessidades educativas especiais, -Comunidade escolar	- Visionamento do filme “Como Estrelas na terra”, um filme Indiano de 2017	- Computador; -Projetor.	- Debate de ideias.

Este filme retrata a história de um menino que frequentava o 3ºano de escolaridade. O seu problema com a dislexia não era identificado nem pela escola, nem pelos pais. Com este panorama, o menino tinha problemas de relacionamento social e familiar. Os professores só informavam os pais de que o aluno apresentava um défice a nível do desenvolvimento e que iria novamente ficar retido naquela classe. Os pais perante este cenário, julgando que o filho é que não se dedicava a aprender, culpabilizando-o de toda aquela situação, resolveram transferi-lo de escola para um internato. Com tal sucedido, o menino mostra-se, cada vez mais, desolado, angustiado, perdendo o interesse e entusiasmo pela escola. Era um menino que se

isolava, parecia viver num mundo à parte, pois era rejeitado por todos e nunca sentiu que alguém o valorizasse e lhe desse algum crédito. Uma criança triste, desamparada, até ao dia em que, no colégio interno, entrou um professor substituto, com uma visão mais inovadora e metodologia diferente. Este professor esteve atento aos seus sinais, apercebeu-se das necessidades do menino. Procurou os seus pais, quis saber qual o problema pela sua recusa em querer trabalhar, a sua tristeza profunda, o seu olhar vazio. Os pais explicaram-lhe que ele não queria estudar, era preguiçoso, comparando-o com o irmão mais velho que foi sempre muito aplicado e excelente aluno. O professor quis ver os seus cadernos, dos anos anteriores. Descobriu que ele tinha muito jeito para pintar, era muito criativo, mas na escrita e nos números era tudo muito confuso, para ele as letras pareciam trocadas. O professor pediu ao pai para ler as legendas de um livro japonês, visto este insistir que, se ele se esforçasse, conseguiria. O pai entendeu, então, que não se pode entender algo que não se reconhece. Visto que o menino tinha muito jeito para pinturas, o professor decidiu organizar um concurso de pinturas, com o objetivo de fazer o menino sentir-se útil. Os professores que não acreditavam que ele conseguisse ler nem escrever, acabaram aceitando que todos têm capacidades diferentes e aceitaram entrar no concurso de pinturas com os seus desenhos toscos.

Com o visionamento deste filme, podemos tirar algumas ilações. Um aluno com NEE, não tem que ser isolado/ignorado pelos pais, colegas e professores, tem uma dificuldade que com o método certo e acompanhamento devido consegue desenvolver as suas capacidades. O incentivo e o apoio de todos os que o rodeiam permitirá uma maior confiança e autoestima que serão muito benéficos na superação das suas necessidades; a falta de autoestima e de confiança poderão colocar o aluno numa situação de fragilidade e medo que pode mesmo colocá-lo em risco.

No final do visionamento do filme realizamos um pequeno debate acerca da temática: “Inclusão de alunos com NEE, na sala de aula”, o aluno com dislexia conseguiu rever-se na situação do menino do filme, identificando as suas dificuldades como algo que ele não tinha culpa, embora soubesse que os outros não pensavam o mesmo. Quanto aos restantes alunos as opiniões em relação à inclusão não foram unânimes. Os alunos que se mostraram contra a inclusão apontaram os seguintes argumentos:

- Os alunos com NEE destabilizam o bom funcionamento da aula;
- Necessitam de muita atenção;
- São sujeitos a abusos por parte dos colegas - encontrões, gozar com aquilo que diz;
- É complicada a aprendizagem deles numa sala regular, porque não têm as mesmas capacidades que os outros alunos;
- Não têm a mesma capacidade de concentração que os alunos normais, logo não conseguem captar facilmente as informações;

- São especiais, devem ser acompanhados noutra sentido, por um professor de ensino especial, num ambiente apropriado;
- Devem existir turmas específicas para eles.

Por outro lado, também foram apresentados argumentos a favor da inclusão:

- São seres humanos, merecem respeito;
- A inclusão ajuda-os a superar barreiras - a nível da matéria, nos recreios, no refeitório;
- Sentem-se mais incentivados e motivados;
- Devem conviver com outros grupos, para não se sentirem diferentes;
- Afinal, somos todos iguais, todos temos dificuldades;
- Os alunos ditos “normais” podem ajudar os alunos com NEE a superar dificuldades na matéria;
- A exclusão pode piorar a sua autoestima e o seu desenvolvimento.

Após a exposição de ideias, ficamos com a sensação que ainda há muito a fazer no que toca à inclusão. O aluno com dislexia ficou sensibilizado ao rever-se no papel do menino do filme, acabando por conseguir superar algumas dificuldades em exprimir os seus objetivos. Este encontrou no filme um incentivo para enfrentar as adversidades, impostas por familiares, conseguindo, assim, alterar o seu percurso escolar, até então forçado a percorrer. Um percurso feito com alguma angústia e medos. No próximo ano letivo, irá frequentar um curso profissional, o qual sempre fez parte dos seus objetivos. Assim sendo, classificamos esta aula como sendo positiva, no sentido em que ajudou o aluno a refletir e a tomar a decisão de marcar a sua posição, em lutar por um percurso que sempre desejou, que o irá preparar para uma futura vida profissional e social. Quanto aos colegas, a relação com alguns elementos da turma melhorou, acabando por ser integrado de forma positiva num grupo para a realização de um trabalho. Por outro lado, houve colegas que continuaram reticentes, e mantiveram a sua posição adotada ao longo do ano letivo.

O visionamento do filme foi uma boa maneira de apresentar, aos alunos, as dificuldades que os alunos portadores com NEE enfrentam no dia-a-dia. Os alunos não estão preparados para acolher o diferente, não têm consciência do quanto é difícil ser-se diferente numa sociedade onde não há tolerância do outro. Reverter esta situação não será um processo fácil, é necessária alguma pré-disposição da sociedade para se mudarem mentalidades em relação à inclusão que, no nosso entender, é ainda uma questão complexa e divergente.

3.4. Reflexões e sugestões para aplicar na aula de Filosofia

Lançamos a seguinte questão: como é que um aluno com dificuldades de leitura pode ter sucesso na aula de filosofia? Um ponto importante é não isolar o aluno e deixá-lo entregue às suas dificuldades. Primeiramente, há que inserir o aluno de forma correta na turma. Sugerimos que quando se fazem as apresentações, deve-se apresentá-lo à turma, de forma natural, explicando algumas das suas dificuldades, com o objetivo que os alunos compreendam a situação e o integrem de forma correta e saudável. No nosso entender, a disciplina de filosofia pode, e muito, contribuir para a formação e integração destes alunos. Considerando toda a temática apresentada neste relatório, acreditamos que a disciplina de filosofia poderá ser adaptada a um aluno disléxico e contribuir para o desenvolvimento da sua capacidade crítica, de raciocínio, de imaginação e, de alguma forma, para o aperfeiçoamento de algumas capacidades.

Sendo esta disciplina de vertente teórica, em que a leitura e interpretação de texto é fundamental, para a extração e tratamento de conceitos, para além deste, existem métodos mais práticos adotados pelos professores da disciplina de filosofia passíveis de serem aplicados numa turma onde esteja integrado um aluno com NEE, mais especificamente com dislexia; o diálogo, trabalhos de investigação em grupo, trabalho em pares, debates. Uma pedagogia apoiada na cooperação entre alunos e professor. Para o professor, é fundamental conhecer o perfil do aluno e as suas dificuldades, a fim de traçar um plano pedagógico e metas curriculares passíveis de se alcançarem com esse aluno. Defendemos que o mais relevante na inclusão não é só a aquisição de conhecimentos, mas, também, a valorização da sua autonomia e socialização.

De acordo com a observação feita no estágio, em relação ao tratamento de um texto, a leitura de forma clara, não a podemos traçar como objetivo a atingir por um aluno com dislexia, podemos sim criar estratégias para que o aluno consiga aperfeiçoar a sua leitura, tais como: leitura de textos mais pequenos e com linguagem menos complexa, sendo importante que o aluno leia de forma voluntária. Nas aulas e quanto à avaliação do aluno, há que se ter em atenção as necessidades e dificuldades do aluno. Em relação aos testes, sugerem-se testes de escolha múltipla, ou questões diretas e de respostas curta, com o auxílio do professor para a leitura das questões. Durante o estágio fizemos a experiência de leitura de testes ao aluno com dislexia, o que em parte facilitou a tarefa. No tópico do programa de 10º ano de ética e moral, podem-se fazer atividades relacionadas com a inclusão, ações de sensibilização para toda a comunidade educativa - palestras, filmes -, elaboradas e organizadas pelos alunos, mas tendo sempre a preocupação em articular com a filosofia, ética, moral e valores.

Em termos metodológicos, o professor poderá aplicar o método multissensorial, já referido no ponto 3.2 metodologias de ensino para disléxicos, optando por aulas mais práticas,

aulas estas com conteúdo de caráter filosófico, onde é possível avaliar a postura e participação do aluno na aula, visto que o aluno com dislexia apresenta dificuldades ao nível da linguagem, de leitura e de escrita. Uma vez que os alunos disléxicos apresentam dificuldades na leitura, o método multissensorial que consiste em utilizar os vários sentidos, pode ser aplicado a estes alunos. Assim, apresentamos a sugestão de se reproduzirem os textos áudio, para uma maior facilidade de acompanhamento e compreensão do texto, por parte do aluno. O manual de 10º ano do professor da disciplina de filosofia contém um cd com textos áudio e exercícios. Uma das possibilidades de tratar um texto seria reproduzi-lo, se possível, com som e imagem, para que o aluno acompanhasse a leitura, ao mesmo tempo com a movimentação dos lábios e língua. Posterior à audição do texto, os alunos poderiam tratar o texto em grupo, retirar ideias essenciais, conceitos, pensamentos e expor oralmente, é uma atividade que promove a cooperação, entretida e, ao mesmo tempo, assimilação de conhecimentos.

Uma outra possibilidade de se apresentar a matéria de filosofia recorrendo a outro sentido, neste caso visual, é a apresentação de imagens, com o objetivo de o aluno conseguir descrevê-la e, posteriormente, conectá-la com a matéria, preparando os alunos para as conquistas e adversidades da vida quotidiana. Com base no diálogo socrático, de seguida, poderá fazer-se um debate, pois uma imagem tem a potencialidade de sugerir diversas opiniões e suscitar posições diferentes, constituindo uma boa forma de envolver o aluno com dislexia nesta atividade tipicamente filosófica e dinâmica. Com esta atividade pretende-se que o aluno participe e exponha as suas ideias, de forma a construir-se um conhecimento, na partilha de ideias. O método socrático, segundo Silva (2013, p.197), exige uma reflexão pessoal acerca de um determinado tema, desenvolvendo, assim, a capacidade racional, crítica e de autonomia. De acordo com Oliveira (2012, p.8), é importante que “o professor dê relevância às opiniões e ao pensamento dos alunos, na medida em que o objetivo do ensino da filosofia é fazer o estudante transitar da opinião impensada para a opinião pensada, informada e fundamentada.” Um dos objetivos da filosofia é ensinar e formar cidadãos que consigam, por si, formular e defender a sua própria opinião, esta tarefa contribui para o desenvolvimento do raciocínio, capacidade crítica e argumentativa. Este método centra-se no uso do diálogo, sendo uma estratégia adequada para o ensino e formação do aluno disléxico.

O objetivo principal é que todos participem e deem o seu contributo para o desenvolvimento da aula, ultrapassando a educação tradicional, inserindo e integrando o aluno com NEE na aula, criando estratégias que o ajudem a ultrapassar preconceitos, incentivando-o e motivando-o para ser um aluno ativo e participativo. Assim, desta forma, pretende-se que o aluno sinta a liberdade de se poder manifestar, apresentando as suas opiniões e dúvidas. É com base nas metodologias defendidas anteriormente que podemos dar um ensino de qualidade e rigor ao aluno disléxico.

Conclusão

Neste relatório refletimos sobre a Educação Inclusiva. Esta realidade, um bocadinho ambiciosa, tem vindo a desenrolar-se num processo lento, mas de forma positiva. São muitas as conquistas e mudanças, ao longo dos tempos, em relação ao tema. Atualmente, os representantes do nosso país continuam a mostrar alguma preocupação quanto à aplicação desta inovação na educação. Existe legislação para regulamentar o ensino inclusivo e sempre que necessário, à medida que as exigências se tornam maiores, procede-se à sua alteração, com a finalidade de a melhorar para, assim, implementar, de forma rigorosa, a inclusão. Desde a criação de escolas especiais, direcionadas para alunos com dificuldades de aprendizagem específicas, à formação de professores de ensino especial. Atualmente, assistimos a uma mudança na inclusão destes alunos nas escolas regulares. Para que tal processo seja eficaz e rigoroso é necessário recorrer a mudanças, quer a nível de infraestruturas, quer a nível do pessoal. Apesar de toda a dedicação e preocupação, ainda há mudanças que precisam ser feitas para que a inclusão seja implementada no seu sentido pleno. Algumas mudanças são de responsabilidade da sociedade, há mentalidades que ainda se recusam a aceitar esta mudança.

Como podemos ver ao longo deste relatório, nas escolas existe uma diversidade de NEE, cada uma tem as suas características específicas. Para se dar uma resposta eficaz e com qualidade aos alunos com NEE, é necessário a formação dos professores e assistentes de ação educativa, a fim de estarem a par de todas as necessidades e dificuldades que estes alunos comportam. O respeito, a segurança e a autoestima são fundamentais para que o aluno se sinta bem no meio escolar. É da responsabilidade dos professores, pais e auxiliares a integração e o sucesso destes alunos. É na cooperação entre estas entidades que é possível traçar estratégias com a finalidade de suprimir as necessidades do aluno, para que este se possa integrar e atingir sucesso no seu percurso escolar.

A Filosofia, enquanto disciplina, pode desenvolver alguns dos seus métodos para realizar uma boa inclusão. Desde promover o trabalho em grupo, integrando alunos com NEE, aulas de debate com a finalidade de se criar uma maior abertura e confiança entre alunos, para que o aluno com NEE possa participar na aula, mais facilmente. As metodologias, por nós sugeridas, têm como finalidade uma inclusão de sucesso na aula de filosofia, dando oportunidade ao aluno de desenvolver as suas capacidades e superar as dificuldades. Pretendemos educar, no sentido de formar cidadãos ativos de uma sociedade, com liberdade de expressão e autonomia. A filosofia, dentro das suas temáticas, pode promover palestras e outras atividades com o objetivo de promover a inclusão de forma natural e saudável, ações de sensibilização que foquem a importância na aceitação do outro. As propostas que apresentamos e adaptações nas aulas de filosofia requerem pré-disponibilidade e criatividade, por parte do professor.

Se fazemos todos parte de uma mesma sociedade, não faz sentido sermos educados com base na divisão. Futuramente, quer alunos normais, quer alunos com NEE, irão participar, de forma ativa, na mesma sociedade, pois é um direito de todo o cidadão.

Bibliografia

ABREU, Sónia, (2012) “Dislexia- Aprender a Aprender”, Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Lisboa, consultado em Setembro de 2017 em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2933/Tese%20-Dislexia%20-%20Aprender%20a%20Aprender%20%20%20S%C3%B3nia%20Abreu%20Doc%20Finalna.pdf?sequence=1>

ABD, Associação Brasileira de Dislexia, acedido em agosto de 2017, em <http://www.dislexia.org.br/estimule-a-leitura-em-sala-de-aula-com-tecnicas-inovadoras/>

ANTUNES, Nuno, (2009) “Mal-Entendidos, da Hiperatividade à Síndrome de Asperger, da Dislexia às Perturbações do Sono. As respostas que procura”, Versos de Kapa, Lisboa

APPDAE, Associação Portuguesa de Pessoas com Dificuldades de Aprendizagem, acedido em agosto de 2017, em, <http://www.appdae.net/>

CARNEIRO, Sofia, (2011) “Atitude Dos Pais e Professores em crianças com Dislexia”, acedido em setembro de 2017, em: <http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/1487/tese%20final%20pdf.pdf?sequence=1>

CORREIA, Luís, (2008) “A Escola Contemporânea e a inclusão de alunos com NEE”, Porto Editora, Porto

Declaração de Salamanca e enquadramento da ação nas áreas das necessidades educativas especiais, Salamanca, Espanha 7 a 10 de Junho de 1994, acedido em agosto de 2017, em, http://redeinclusao.pt/media/fl_9.pdf

DEWEY, John, (2007) “Democracia e Educação”, Didática Editora, Lisboa

Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. (2003-2017) Porto Editora, Porto

DISLEX, Associação Portuguesa de Dislexia, acedido em agosto de 2017, em, <http://dislex.co.pt/index.php/impactodivugacao?id=169>

DISLEXIA Brasil, (2017) “Aprendizagem online”, acedido em agosto de 2017, em <http://dislexiabrasil.com.br/Dislexia.aspx>

FREIRE, Sofia, (2008) “Um Olhar Sobre a Inclusão”, Revista de Educação, vol. XVI, nº1, 5-20

OLIVEIRA, Epifânia, (2012), “A Importância do Método Dialógico no Ensino da Filosofia: Uma Experiência com Alunos de 10º ano no Campo Da ética, Política e Religião, Universidade do Minho, Instituto de Educação, acedido em setembro de 2017 em: <http://hdl.handle.net/1822/23828>

PIN, Pró Inclusão, (2017) Associação Nacional de Docentes de Educação Especial, acedido em setembro de 2017, em, <http://proandee.weebly.com/>

RODRIGUES, David. (2006) “Dez Ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva.” In: (2006) David Rodrigues (org.) “Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva”, Summus Editorial, S.Paulo

RODRIGUES, David, NOGUEIRA, Jorge, (2011) “Educação Especial e Inclusiva em Portugal: Fatos e Opções”, Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, n.1, p.3-20, jan.-abr.

RODRIGUES, Tiago, (2017) “Discurso V Congresso Internacional “Educação, Inclusão e Inovação” da Pró-Inclusão, Associação Nacional de Docentes de Educação Especial”, acedido em setembro de 2017, em, <http://www.portugal.gov.pt/media/30554613/20170706-medu-inclusao-escolar.pdf>

SANCHES, Isabel; COSTA, Gilda, (2016) “Um olhar sobre a inclusão educativa: concepções dos professores do ensino secundário” v. 34 n. 34: Revista Lusófona de Educação, acedido em setembro de 2017, <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5822>

SEBRA, Alessandra; DIAS, Natália, (2011) “Métodos de alfabetização: delimitação de procedimentos e considerações para uma prática eficaz.” Rev. Psicopedagogia. Vol.28 no.87 São Paulo, acedido em setembro de 2017 em: <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/161/metodos-de-alfabetizacao--delimitacao-de-procedimentos-e-consideracoes-para-uma-pratica-eficaz>

SILVA, Elias, (2013), “Diálogo, Ironia e Refutação: Técnicas de Ensino na Filosofia de Sócrates”, Cadernos de Educação, v.12, n. 24, jan.-jun.

SOUSA, Marcelo, (2017) Discurso V Congresso Internacional “Educação, Inclusão e Inovação” da Pró-Inclusão, Associação Nacional de Docentes de Educação Especial”, Acedido em setembro de 2017, em, <http://www.presidencia.pt/?idc=10&idi=132851>

TELES, Paula, (2004) “Dislexia: Como identificar? Como intervir?” Revista Portuguesa Clinica Geral, 20:713-30, acedido em setembro de 2017 em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000300011

Anexos

Ficha de triagem para crianças

Os dados aqui recolhidos são meros indicadores, nunca suficientes para um diagnóstico de Dislexia.

Geral

1. A fala e/ou a linguagem escrita é lenta.
2. Tem pouco poder de concentração.
3. Tem dificuldades em seguir instruções.
4. Esquece palavras.

Escrita

1. Tem um padrão de escrita pobre comparativamente com a capacidade oral.
2. Produz trabalhos confusos, pouco limpos, com muitas hesitações -rasuras- e tentativas: ex: curzar, crusar, cruzare...
3. Confunde frequentemente letras que se assemelham, particularmente b/d, p/g, p/q, n/u, m/w.
4. Tem má caligrafia.
5. Escreve a mesma palavra de várias maneiras num mesmo texto.
6. Troca letras (ex: proco por porco).
7. A sua ortografia não está adequada à idade e nível de escolaridade.
8. Não respeita as margens das linhas.
9. Tem dificuldades em pegar no lápis de forma convencional.
10. Produz textos com uma ortografia inesperada.
11. Utiliza sequências de letras ou de palavras não usuais/não corretas.

Leitura

1. Apresenta poucos progressos na leitura.
2. Tem dificuldade em juntar as letras.
3. Tem dificuldade em fazer a divisão silábica ou saber qual é o som inicial e final das palavras.
4. Pronuncia mal as palavras.
5. Leitura com fraca expressividade e pobre compreensão.
6. A leitura é hesitante e laboriosa, especialmente quando lê em voz alta.
7. Perde palavras ao ler, ou acrescenta palavras extras.
8. Não reconhece palavras familiares.
9. Perde o fio condutor de uma história que está a ser lida ou escrita.
10. Tem dificuldade em seleccionar as ideias principais.

Numeração

1. Mostra confusão com a ordem de números - por exemplo, unidades, dezenas, centenas.
2. Confunde símbolos, como + e x.
3. Tem dificuldade em lembrar algo por ordem sequencial, por exemplo, tabelas, dias da semana, o alfabeto.

Tempo

1. Tem dificuldade em aprender as horas.
2. Tem dificuldade em se organizar no tempo.
3. Tem dificuldade em lembrar o dia da semana em que está, a sua data de nascimento, as estações do ano e os meses do ano.
4. Dificuldade com os conceitos de «ontem», «hoje», «amanhã».

Habilidades

1. Tem habilidades motoras pobres, levando a fracos desempenhos no uso do lápis - velocidade, controlo e precisão.

2. Compreensão limitada da comunicação não-verbal.
3. Confunde direita/esquerda, cima/baixo e este/oeste.
4. Não tem preferência por uma das mãos.
5. Atua de forma desigual de dia para dia.

Comportamento

1. Emprega táticas de evasão ao trabalho, como afiar lápis e procurar livros.
2. Parece 'sonhar', não parece ouvir.
3. Distrai-se facilmente.
4. É o palhaço da turma ou é perturbador ou ausente (estes são muitas vezes gritos de ajuda).
6. Está excessivamente cansado devido à quantidade de concentração e esforço necessários.

Se observa algumas destas características, deverá solicitar uma avaliação, de forma a que a criança possa receber ajuda apropriada.

Adaptado de uma proposta da British Dyslexia Association.

Autoavaliação para adultos

- 1 O pai ou a mãe tiveram problemas na aprendizagem na escola?
2. Existe alguém na família alargada com diagnóstico de dislexia?
3. Lê devagar?
4. Teve dificuldades na aprendizagem da leitura?
4. Costuma, frequentemente, ter de ler algo duas ou três vezes para compreender o que lê?
5. Sente-se desconfortável se tiver de ler em voz alta?
6. Costuma omitir, inverter ou acrescentar letras quando lê ou quando escreve?
7. Considera que ainda comete erros de ortografia, mesmo depois de rever o que escreve?
8. É-lhe difícil pronunciar palavras polissilábicas pouco comuns?
9. Tem dificuldades em soletrar palavras?
10. Prefere ler revistas ou artigos curtos do que livros (extensos)?
11. Quando andava na escola, considerava muitíssimo difícil aprender uma língua estrangeira?
12. Evita projetos de trabalho ou cursos que requerem leitura extensiva?
13. Sente dificuldades em preencher impressos?
14. Consegue dizer os meses do ano de trás para a frente?
15. Confunde datas e horas?

Cada “SIM” equivale a 1 ponto.

Se você tiver respondido “SIM” a 7 ou mais destas perguntas, pode ter sinais que indicam dislexia. Nesse caso, poderá considerar a procura de um especialista na área, de forma a realizar um diagnóstico.

Fonte: Adaptação de http://www.interdys.org/AreYouDyslexic_AdultTest.htm
(International Dyslexia Association)